

PERSPECTIVAS DE FUTURO DOS JOVENS DO PROJETO JAÍBA NO NORTE DE MINAS GERAIS

Alex Douglas Martins Demier*
Rômulo Soares Barbosa**

RESUMO: Este trabalho apresenta um estudo sobre as perspectivas de futuro dos jovens do Projeto Jaíba, localizado no município de Mocambinho – MG. Procurou-se analisar os aspectos relevantes da vida das novas gerações rurais, a repercussão do processo de êxodo rural, principalmente entre as mulheres, e a conseqüente masculinização da juventude, uma vez que alguns aspectos da vida rural no Jaíba não oferecem atrativos e condições de sobrevivência condizentes com as expectativas dos jovens entrevistados. Através de um roteiro de entrevistas, aplicado individualmente aos jovens, foram coletadas informações e opiniões de 31 jovens de ambos os sexos, residentes em áreas distintas do Projeto. Os dados mostram jovens com bom índice de escolaridade e baixa renda, convivendo no seio familiar, e com projetos de vida, em sua maioria, completamente desvinculados da agricultura. As informações obtidas permitem observar uma baixa expectativa quanto à vida no meio rural do Jaíba e uma profunda insatisfação diante da realidade do campo, trazendo implicações para o futuro dos jovens que vivem no Projeto Jaíba.

Palavras-chave: Projeto Jaíba. Juventude rural. Agricultura familiar.

ABSTRACT: This monograph presents a study about the perspectives of the future of the young from Projeto Jaíba, located in the municipality of Mocambinho. This monograph was intended to analyse the relevant aspects of the new generations' way of life, the repercussion of the rural exodus process, especially between women, and the consequent masculinization of the youth, since the rural life does not offer neither attractions nor surviving conditions concerning the interviewees. A total of 31 young people, living in different areas of the Project, were surveyed, individually, through a pre-elaborated questionnaire, in which, opinion and information were collected. The data show that young people with a

* Bacharel em Ciências Sociais – UNIMONTES. E-mail: alexdemier@yahoo.com.br

* Doutor em Sociologia – CPDA/UFRRJ. Prof. Depto de Ciências Sociais - UNIMONTES.
E-mail: romulo.barbosa@unimontes.br

low level of education and income still live with their families; a lot of them have life projects related to areas not connected to agriculture. That fact shows a weak expectation concerning life in the countryside and a deep dissatisfaction toward the reality of life in the rural areas, and it can compromise the future of the youngs from Projeto Jaíba.

Key-words: Projeto Jaíba. Rural young people. Family agriculture.

INTRODUÇÃO

No contexto da agricultura familiar, um ator fundamental na reprodução das atividades da propriedade é o jovem, filho ou filha responsável, não apenas por parte das operações e das atividades agropecuárias, mas, principalmente, pela manutenção dos laços comunitários e “do modo de vida ligado à atividade agrícola” (ABRAMOVAY, 1998), quando da sucessão.

Segundo Abramovay (1998), o processo de êxodo rural, ocorrido sob o fenômeno da modernização da agricultura, intensifica-se atualmente sobre as populações jovens das regiões de agricultura familiar, caracterizando processos de envelhecimento da população rural e masculinização da juventude, uma vez que o êxodo é mais intenso junto às moças. Esse processo pode ser observado empiricamente nas Glebas de lotes de agricultura familiar do Projeto Jaíba, sobretudo com relação ao envelhecimento dos produtores e à dificuldade de alguns em formar sucessores para administrarem as propriedades, em função da saída de seus filhos para outras regiões.

Os estudos sobre a juventude de forma geral e, principalmente, sobre a juventude rural, ainda são incipientes na região Norte de Minas. O presente artigo procura analisar aspectos relevantes da vida do jovem rural residente no Perímetro de Irrigação Jaíba a fim de compreender suas estratégias de sobrevivência, bem como as perspectivas de futuro.

Quanto ao procedimento metodológico, optou-se pela realização de entrevistas, utilizando-se de roteiros semi-estruturados com jovens de 14 a 24 anos das áreas “A”, “B”, “C3” e “F” do Perímetro de Irrigação Jaíba. Tal roteiro foi elaborado a partir de questões com respostas abertas e fechadas possibilitando identificar como os jovens, a partir de suas falas, percebem sua condição atual, as problemáticas por que passam e suas perspectivas de futuro no que tange a continuidade das atividades agrícolas e a residência no Perímetro.

Tal metodologia foi levada a efeito, pois se acredita que é capaz de demonstrar, nos discursos dos jovens, as construções sociais elaboradas por estes, conforme afirma Cortes (1998, p. 19) citado por Spanevello (2003) as quais seriam:

Um misto da fala do indivíduo peculiar e daquele que expressa valores estruturados socialmente. Ele é revelador do caráter histórico e específico das relações sociais que esse indivíduo realiza e das variadas “subculturas” das quais ele participa em um contexto de classe social, de orientação sexual, de pertinência a uma geração, a uma etnia etc.

Os adolescentes foram entrevistados em suas residências ou nas dependências da instituição de ensino em que estavam matriculados.

Em função do grande número de jovens residentes no Perímetro, seguiu-se a orientação de Gil (1999, p.99), que afirma:

de um modo geral, as pesquisas sociais abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade. Por essa razão, nas pesquisas sociais é muito freqüente trabalhar com uma amostra, ou seja, pequena parte dos elementos que compõem o universo.

Foi realizada, ainda, pesquisa bibliográfica sobre juventude e juventude rural no Brasil, além de conceitos de agricultura familiar, envolvendo suas características e inserção na nos projetos de irrigação; sobre os programas públicos de desenvolvimento regional aplicados no Norte de Minas e sobre o histórico do Perímetro de Irrigação Jaíba e suas características, como pano de fundo para a análise da problemática atual da juventude.

A importância da juventude, no processo de continuidade das atividades agrícolas ou não agrícolas, aliada às esperanças que a sociedade deposita nela como responsável pelo processo de desenvolvimento sustentável do meio rural, impõe o conhecimento mais aprofundado de sua condição atual, dos problemas por que passam e das suas perspectivas de futuro. Assim, há a possibilidade de agir no sentido de propiciar que essa juventude seja protagonista de seu próprio desenvolvimento.

De modo geral notou-se uma descrença na agricultura, apesar de aceitarem que é uma alternativa para o futuro. O estudo é importante ainda para mostrar as incertezas dos jovens quanto a outras questões que lhes são pertinentes: opções de lazer, prática de esportes, anseios, confronto com a realidade, assimilação das transformações ocorridas dentro e fora do meio em que vivem e expectativas de vida.

A agricultura irrigada como estratégia de promoção do desenvolvimento econômico do semi-árido brasileiro

A região semi-árida caracteriza-se, principalmente, pela escassez de água, decorrente da incidência de chuvas apenas em curtos períodos de três a cinco meses por ano, irregularmente distribuídas. Essa característica causa

uma forte dependência da intervenção do homem sobre a natureza, no sentido de garantir, por meio de obras de infra-estrutura hídrica, o armazenamento de água para abastecimento humano e demais usos produtivos.

Em 1956, período final do governo de Juscelino Kubitschek, e a pedido dele, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), liderado por Celso Furtado, apresentou o modelo para uma nova política de gestão da Região Nordeste, documento que propiciou a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (FURTADO, 2005).

O Plano de Ação apresentado pelo GTDN estava estruturado em quatro diretrizes básicas, que objetivavam a produção de alimentos na zona úmida do Nordeste, o desenvolvimento no semi-árido de uma agricultura resistente aos efeitos da seca, a colonização do Maranhão e o desenvolvimento da irrigação no São Francisco, como se pode verificar abaixo:

- a) intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira;
- b) transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada;
- c) transformação progressiva da economia nas zonas semi-áridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas, e
- d) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas da hinterlândia maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semi-árida (FURTADO, 2005, p. 38).

Foi recomendada a criação de um grupo de trabalho para reformular a política federal de combate às secas, indicando as prioridades e as alternativas para a organização da economia do semi-árido. Esse grupo de trabalho deveria contar com a participação do diretor-geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), do secretário executivo do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), do secretário-executivo da Comissão do Vale do São Francisco, do presidente do Banco do Nordeste S.A. (BNB) e de um diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que deveriam ser assessorados por técnicos experientes, inclusive pertencentes às Nações Unidas. (FURTADO, 2005).

Para a reorganização da economia agropecuária da região, foi proposta a atuação conjunta de técnicos do BNB, GTDN, DNOCS, Ministério da Agricultura e da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, “com a tarefa de escolher uma região típica da zona semi-árida e empreender a visita das unidades produ-

tivas, para fazer um levantamento rápido das mesmas e sugerir esquemas de reorganização que permitam aumentar a resistência ao impacto das secas” (FURTADO, 2005, p. 105).

Não obstante as semelhanças econômicas, sociais e culturais do Norte de Minas em relação ao semi-árido nordestino, Polígono das Secas (delimitado em 1936), o norte mineiro somente foi incluído no polígono em 1946, através do Decreto-Lei n.º 9857. Esse fato foi um dos motivos que levaram à inclusão do Norte de Minas na área de atuação da SUDENE, com a criação dessa Superintendência em 1959, com a Lei n.º 3.692. Seu espaço de atuação foi definido como o Nordeste e a Área Mineira do Polígono das Secas. A partir de então, a região passou a contar com os programas e políticas da autarquia, que passaram a configurar quase como única fonte de promoção e fomento regional, já que, conforme Oliveira (2000, p.95), “o Governo Mineiro não estava particularmente interessado no processo de desenvolvimento da Área Mineira da SUDENE, ou qualquer outra região do Estado em particular”, o que reforçou a concentração espacial e setorial da economia de Minas.

A região Norte Mineira apresentava como base da economia a produção regional, que permaneceu praticamente estagnada por séculos. Caracterizava-se por uma base econômica simples, com mercado incipiente, pouco diversificada, desprovida de técnicas agrícolas e com integração produtiva quase nula com outras regiões. Além disso, era altamente dependente dos insumos de outras regiões (RODRIGUES, 2000). A intervenção da SUDENE na região foi decisiva para incrementar as taxas de crescimento econômico, mas, em consequência do modelo capitalista, não beneficiou todos os segmentos da população. Sobre a economia do Norte de Minas, Santos (2003, p.11) acrescenta: “A região possui, historicamente, base econômica na pecuária de corte e é uma das mais carentes de Minas. A agricultura ali foi constituída basicamente como meio de sobrevivência, não como atividade econômica, salvo algumas raras exceções”.

A SUDENE, portanto, com a missão de promover o desenvolvimento da região semi-árida, buscou coordenar a ação do Governo Federal e administrar os recursos transferidos para a região, com vistas a atenuar as disparidades regionais. (OLIVEIRA, 1996).

A implementação de perímetros irrigados ao longo da bacia do Rio São Francisco fez parte da estratégia do Estado brasileiro, de incrementar tecnologia e capital à dinâmica agrícola dessa região. Tratava-se de aportar recursos financeiros (linha de crédito) e concessões fiscais somados ao investimento público em infra-estrutura para que a agricultura irrigada intensiva em tecnologia e capital fosse desenvolvida, como indutora do crescimento econômico regional.

A SUDENE, ao analisar as potencialidades do Rio São Francisco, constatou que uma grande produção de alimentos à base de irrigação poderia ser implementada, com base nas primeiras pesquisas que revelaram a existência de aproximadamente 150 mil hectares de terras baixas e de caatingas aptas à irrigação (BRAMBILLA, 2006). Além disso, o aproveitamento progressivo desses 150 mil hectares com culturas irrigadas não só poderia gerar uma grande oferta de alimentos no sertão, como poderia beneficiar cerca de 50 mil famílias de pequenos produtores agrícolas em assentamentos, além de gerar empregos diretos e indiretos. Foi iniciada, então, a primeira experiência da SUDENE em Bebedouro, entre Juazeiro, na Bahia, e Petrolina, em Pernambuco, que contou com a cooperação da FAO, organismo das Nações Unidas.

Tendo a agricultura irrigada como estratégia de desenvolvimento iniciou-se as primeiras iniciativas governamentais de ocupação planejada da área. Dentre elas, destaca-se o Perímetro de Irrigação Pirapora, iniciado em 1975, com área total de 1.683,44 hectares; o Perímetro de Irrigação Gorutuba, concebido e iniciado pelo DNOCS, e repassado à Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), em 1978, bem como o Perímetro de Irrigação Lagoa Grande, com cerca de 1.200 ha.

A assinatura de um convênio com o *Bureau of Reclamation* dos EUA, que elaborou o relatório “Recolhimento dos Recursos Hidráulicos e de Solos da Bacia de São Francisco”, medida adotada pelo governo militar, possibilitou a identificação de uma área de 230.000 hectares na região denominada Mata do Jaíba. A proposta era de que, nessa região, 100.000 hectares fossem destinados ao desenvolvimento da agricultura irrigada, e 130.000 a culturas de sequeiro. (BRAMBILLA, 2006)

Na década de 1970, dada a grande importância do Projeto para todo o Norte de Minas, o Governo Federal, através da CODEVASF, incorporou-se ao empreendimento, com a missão de executar as obras de infra-estrutura coletiva de irrigação.

Em meados de 1975 surge a atual configuração do Projeto a ser implantado em quatro etapas com uma área irrigada em torno de 100.000 ha.

O Perímetro de Irrigação Jaíba

O Perímetro de Irrigação Jaíba foi criado para incrementar os índices de produção, de produtividade e de renda *per capita*, através de investimentos em irrigação, pesquisa e assistência técnica, de forma a dinamizar as subestruturas econômicas e a criar um pólo de agronegócio (RODRIGUES, 2001).

O perímetro foi concebido para ser implantado em quatro etapas, com uma

área total de 107.612,89 hectares, sendo 65.880,08 hectares irrigáveis, das quais apenas as Etapas I e II estão implantadas, através da CODEVASF e da RURALMINAS, respectivamente. (SOARES, 1999).

A infra-estrutura de irrigação compõe-se principalmente pelo canal de chamada do Rio São Francisco, com 1.200m de extensão (levando a água do rio até a estação de bombeamento principal), por três estações de bombeamento, com capacidades de 75m³/s, 65m³/s e 15m³/s, e pelos canais principal e secundário, com extensão de 31,60 km. (*Ibid.*).

Os canais principal, secundários, terciários e quaternários somam 409,29km de extensão. A malha viária das duas etapas implantadas possui 869,93km, conforme dados do Distrito de Irrigação de Jaíba (DIJ).

A Etapa I, com 41.611,13 hectares de área total e 24.669,68 hectares irrigáveis, é composta de 2.157 lotes, sendo 1.828 lotes de 5,00 hectares irrigáveis, 325 lotes empresariais com áreas irrigáveis de 20 e 50 hectares, um lote de 280 hectares irrigáveis e 3 lotes particulares (C1, C4 e 4), com 7.000 hectares irrigáveis. Dos lotes de 5,00 hectares, 1.445 se encontram ocupados por agricultores familiares, e os restantes encontram-se em processo de assentamento de famílias, que deverá ser concluído até o primeiro semestre de 2007. Dos lotes empresariais, 195 já foram licitados, e os 130 restantes estão em fase final de licitação. (CODEVASF, 2005).

A Etapa II, com 34.772,76 hectares de área total e 19.276,40 hectares irrigáveis, possui 684 lotes com áreas de 10,00 a 90,25 hectares irrigáveis, todos já licitados e em início de exploração. (RURALMINAS).

O Jovem do Perímetro de Irrigação Jaíba

O tema juventude ainda é pouco difundido tanto no meio acadêmico e de pesquisa, quanto em relação a ações governamentais específicas. No Brasil, as pesquisas ainda são pouco expressivas em termos quantitativos. Recentemente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento (NEAD), publicou estudo objetivando “mapear e discutir o conhecimento produzido sobre a juventude rural no período de 1990 a 2004, com o propósito de esboçar o ‘estado da arte’ nesse campo de investigação” (WEISHEIMER, 2005).

Foram realizados no período, segundo a citada pesquisa, 50 trabalhos por, aproximadamente, 36 pesquisadores, entre teses de doutorado, livros, dissertações de mestrado e artigos publicados em periódicos ou anais de congressos científicos. Sobre tal resultado Weisheimer (2005, p. 9) afirma:

Esses dados demonstram que as pesquisas sobre juventude do meio rural não constituem uma produção expressiva em termos de volume,

uma vez que não chegam a compor quatro trabalhos por ano no período de 1990 a 2004. Logo, confirma-se que os jovens rurais têm estado invisíveis para a maioria dos pesquisadores brasileiros, constituindo-se em um objeto ainda pouco estudado.

Não obstante, no pequeno número de trabalhos realizados, nota-se que a produção acadêmica sobre o tema tem crescido nos últimos anos, sendo que 86% dos estudos analisados realizaram-se no período de 2001 a 2004, demonstrando um interesse crescente sobre essa temática.

Em outros países o tema *juventude* também tem despertado interesse de pesquisadores em diversas frentes de análise. Na França, segundo Gauthier *et alli* (1999), citado por Stropasolas (2003), a questão do alongamento do período de escolarização e o ingresso no mercado de trabalho dominam a produção, em língua francesa, dos trabalhos sobre jovens. Ainda segundo a autora, os trabalhos em língua inglesa focam a questão do risco: toxicomania, delinqüência, suicídio, entre outros. Temas recorrentes também nos estudos relativos aos jovens da África, além das questões da prostituição e da insegurança. (ZOA, 1999, Stropasolas, 2003).

O conceito de juventude e a delimitação da faixa etária que compreende esse estágio da vida ainda são controversos. Diversas abordagens são utilizadas nas definições conceituais sobre a juventude rural. No Brasil, podemos citar como diferentes parâmetros: faixa etária, geração, ciclo de vida, cultura ou modo de vida e representação social. Esses dados podem ser utilizados individualmente ou a partir de combinações entre si.

As Nações Unidas, a Organização Ibero-Americana da Juventude, a Organização Internacional da Juventude e, no Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entendem os jovens como indivíduos com idade entre 15 e 24 anos. No Japão, delimitam essa categoria a cidadãos até 35 anos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente classifica como adolescente o indivíduo na faixa entre 12 e 18 anos. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define o termo adolescência utilizando o critério apenas biológico, para o qual a pré-adolescência encontra-se entre 10 e 14 anos de idade, e a adolescência entre 15 e 19 anos (WEISHEIMER, 2005).

Bourdieu (1984), citado por Stropasolas (2003), questiona veementemente a classificação por faixa etária e o fato de considerar os jovens como uma unidade social, com interesses comuns, e de transferir esses interesses a uma idade definida biologicamente. Faz-se necessária uma análise entre as diferentes juventudes, formadas a partir de espécies de capital – escolar, cultural, econômico, etc. – de que usufruem. Portanto, é um abuso de linguagem formidável subsumir, sob o mesmo conceito, universos sociais que não têm

praticamente nada em comum. (BOURDIEU, 1984).

Carneiro (1998), em seu texto *O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais*, aponta para a dificuldade na delimitação dessa categoria demográfica “que se define essencialmente pela transitoriedade inerente às fases do processo de desenvolvimento do ciclo vital – não justifica que recorramos a critérios exclusivamente biológicos, ou mesmo jurídicos, para definirmos juventude”. A autora utiliza-se da classificação da própria população local onde foi realizada a pesquisa, ou seja: “estar em fase de preparação para o mercado de trabalho e não ter constituído ainda uma unidade familiar autônoma via casamento”.

Essa classificação, utilizando-se o conceito da transitoriedade ou ciclo de vida, em que a juventude seria um período de transição entre a infância e a vida adulta, vem sendo amplamente utilizada por pesquisadores, principalmente após a Conferência Internacional sobre Juventude, realizada em Genoble (1964), em que a UNESCO assumiu essa delimitação.

A partir desse enfoque, o período da juventude se iniciaria com o aparecimento da puberdade, sendo que seu término é determinado segundo diversos critérios, tais como o ingresso no mercado de trabalho, a autonomia financeira e o matrimônio.

Nessa mesma perspectiva, Galland (1985, 1993, 1996), citado por Stropasolas (2003), concebe juventude como uma “entrada na vida adulta” e engloba os critérios citados acima em dois eixos principais: o eixo escolar-profissional e o eixo familiar-matrimonial. Portanto, a passagem para a vida adulta dar-se-ia a partir da transposição dos quatro marcos: “o fim dos estudos, o início da vida profissional, a partida do domicílio familiar e a formação de um casal”.

Guillaume (1999), citado por Stropasolas (2003), ao analisar as representações sociais do estatuto dos jovens belgas, demonstra algumas restrições analíticas da sociologia atual “ao verificar no âmbito desta ciência o predomínio de abordagens caracterizadas por um enfoque excessivamente normativo da idéia de passagem ou transição para a vida adulta, que acaba excluindo numerosos jovens contemporâneos” (STROPASOLAS, 2003).

Abramovay (1998), em seu estudo sobre a questão sucessória no município de Saudades-SC, utilizou a definição de Cook (1999), que classifica “jovem” a partir da relação de dependência em relação ao lar dos pais.

Alguns autores definem a juventude utilizando-se de critérios culturais, ou seja, partem do pressuposto de que existe uma cultura jovem com características próprias, presentes em suas vestimentas, acessórios, linguagem, gostos musicais, práticas esportivas e de lazer (WEISHEIMER, 2005).

Nesse sentido, a mídia apresenta um papel fundamental na disseminação de comportamentos e na construção do que venha a ser juventude. Questiona-se inclusive a pertinência da presença de uma juventude rural, uma vez que os meios de comunicação chegam praticamente em todas as regiões. Portanto, haveria uma hibridização cultural, tendo em vista a difusão da cultura urbana no meio rural.

Weisheimer (2005, p. 23) acrescenta:

[...] o próprio desenvolvimento do capitalismo no campo, seu padrão de modernização e os recentes processos de industrialização difusa, que fazem do meio rural não exclusivamente agrícola, contribuíram para a diluição das fronteiras materiais e simbólicas entre o meio rural e urbano. Se isso não pôs fim às profundas diferenças entre estes, permitiu ao menos a convivência em um mesmo espaço social de práticas e valores que articulam elementos urbanos e rurais.

É o que propõe Carneiro (1998) ao identificar em seu trabalho o que chama de “rurbanização”, em que as identidades locais não são mais sustentadas na homogeneidade de padrões culturais, mas na diversidade e, principalmente, na maneira específica de combinar práticas e valores originários de universos culturais distintos. Os jovens filhos de agricultores reelaboram suas identidades sociais e passam a questionar os projetos de reprodução de modos de vida pautados exclusivamente na atividade agrícola, reivindicando padrões de vida, valores e condições materiais tidos como “urbanos”, o que se expressa no ideal “rurbano”. (CARNEIRO, 1998).

Nos trabalhos acerca da juventude rural brasileira, Weisheimer (2005, p. 24) identificou uma abordagem teórica em que o termo juventude representa uma série de relações sociais específicas protagonizadas por indivíduos classificados como jovens em uma dada sociedade:

Mais do que uma faixa etária, fala-se em condição juvenil, que aparece como uma posição na hierarquia social fundada em representações sociais, ou seja, busca-se apreender os significados atribuídos que definem quem é e quem não é jovem em um dado contexto social.

Nessa abordagem assume-se também a questão da transitoriedade e do caráter de dependência do jovem em relação aos pais. Os jovens seriam responsáveis por uma série de papéis sociais ou funções socialmente atribuídas pelos processos de socialização. (*Ibid.*)

Portanto, a definição teórica de jovem e de juventude converte-se em grande desafio, dado o caráter genérico e abrangente dos termos e as diferentes construções que cada sociedade faz em relação a essa categoria, mediante seu contexto socioeconômico e cultural. É preocupante observar a invisibilidade dessa parte da população tanto no que concerne à ausência

de tradição acadêmica na análise das suas problemáticas, não apenas por parte da sociologia, mas de todos os ramos da ciência, quanto à escassez de políticas públicas específicas, principalmente em relação aos residentes nas zonas rurais.

Não obstante as diversas formas e da dificuldade de classificar e definir juventude, apresentadas anteriormente definiu-se para os propósitos do presente trabalho o critério de faixa etária, sendo, portanto, o foco do trabalho indivíduos entre 14 e 24 anos. A utilização deste critério deve-se a facilidade de identificar o “jovem” na pesquisa e de estabelecer relações analíticas com os dados censitários oficiais.

O Perfil dos entrevistados

Foram entrevistados, ao todo, 31 jovens, sendo 11 da Gleba A, 12 da Gleba B, 2 da Gleba C3 e 6 da Gleba F. As respostas dos entrevistados não apresentaram diferenças significativas entre as glebas, demonstrando que a situação do jovem é semelhante em toda a área de agricultura familiar do Projeto.

A idade dos entrevistados é diversa e bem distribuída ao longo da faixa etária delimitada de 14 a 24 anos, sendo que 15 encontram-se entre 14 e 18 anos, ou seja, menores de idade, e 16 entre 19 e 24 anos.

Com relação ao estado civil, a maioria dos entrevistados apresentou-se como solteira; apenas três responderam estar casados ou “amigados”, dos quais dois são do sexo masculino.

Com referência ao sexo, foram entrevistados vinte jovens do sexo masculino e onze do feminino. Nesse aspecto, detectaram-se diferenças consideráveis de gênero em diversos itens como: educação, formas de lazer, perspectivas de futuro, entre outras que serão abordadas ao longo do capítulo.

A desproporção entre o número de entrevistados do sexo masculino e feminino parece demonstrar, talvez não com tanta discrepância de número entre os sexos, o que diversos autores têm denominado de processo de masculinização do meio rural. Tal processo é caracterizado pela migração seletiva das jovens para as cidades. Essa migração não pode ser explicada apenas em função de maiores oportunidades de trabalho para as mulheres na zona urbana quando comparada com os homens, ou seja, o mercado de trabalho nas cidades seria mais demandante por mulheres, o que efetivamente não é o que se apresenta.

Para Abramovay (1998) “[...] são fundamentalmente as perspectivas que se oferecem no interior das unidades familiares de produção, respectivamente para rapazes e moças que estão na raiz da questão do viés de gênero dos processos migratórios”.

Na verdade, o que se observa é que apesar de as mulheres realizarem trabalhos semelhantes na lavoura, elas praticamente não têm acesso a tarefas que envolvam tomada de decisão. A marginalização da mulher no processo produtivo é causada pela pouca percepção da sua produtividade em função ou do desprezo às atividades desenvolvidas por mulheres ou pela noção de que o trabalho agrícola feminino é uma extensão do doméstico (BRUMER, 2002, citado por SPANEVELLO, 2003).

Aliada a tais questões encontra-se ainda a problemática da sucessão dos lotes em decorrência do falecimento ou do impedimento dos pais. Em conversas informais com alguns pais, não foi observada nenhuma restrição quanto à filha assumir o lote como sucessora, porém nenhuma entrevistada veiculou essa possibilidade, sempre identificando um irmão para essa tarefa.

A pesquisa parece indicar que a vida no campo é mais atraente para os rapazes que para as moças. Enquanto eles herdaram a terra e/ou têm apoio para assumir atividades produtivas, portanto apresentam alternativas à saída para a cidade, para as moças a vida de esposa de agricultor não parece ser atraente, diante de uma vasta possibilidade de alternativas conhecidas e frente às aspirações de vida em outro meio cultural e profissional.

Uma das entrevistadas apresenta o que para ela é o principal motivo de “ir para a cidade”: “aqui no Projeto, mulher arrumar emprego é difícil, não tem emprego para as mulheres”. Tal fala talvez possa ser explicada em função de que a maior parte das oportunidades de trabalho encontra-se exatamente na agricultura que, para outra jovem, é um “serviço pesado e pouco valorizado”.

É interessante notar que toda a modernização da agricultura promoveu uma mudança no caráter patriarcal na agricultura familiar. Tal afirmativa pode ser comprovada com os incentivos dos pais às filhas para migrarem para outras regiões em busca de estudo e/ou trabalho, enquanto que, tradicionalmente, elas somente saíam da casa dos pais para casar. Nenhuma moça entrevistada alegou impedimento por parte dos pais quanto à migração para a cidade, pelo contrário, as restrições à saída se dão em função da incapacidade financeira de manter a filha fora de casa.

Apesar da referida modernização, nota-se, a partir de toda problemática apresentada, que a família não rompeu ainda com os padrões tradicionais de submissão feminina.

Conforme Panzutti, citado por Abramovay (1998, p. 87):

A masculinização do meio rural não pode ser encarada como decorrência “natural” do processo de desenvolvimento. A intensidade do êxodo juvenil feminino é a expressão da maneira como o poder se distribui no interior da família. As responsabilidades, o planejamento, a participação, a apresentação social na qualidade de agricultora é vedada às

jovens. O desempenho da mulher na produção familiar não é reconhecido socialmente porque o espaço “público” continua sendo domínio masculino.

Para o caso do Projeto Jaíba, a questão da masculinização merece aprofundamento, haja vista que não foi objetivo do presente estudo, porém reveste-se de importância para a compreensão da problemática das jovens.

A Vida no Projeto

Uma questão fundamental na vida do jovem é o entretenimento. A partir das afirmações de diversos jovens, pode-se observar que eles acreditam que essa é uma restrição à qualidade de vida no Projeto: “aqui não tem opção para se divertir, é parado”; “aqui divertimento é pouco”; “minha diversão é lavar roupa e arrumar casa” e “aqui é meio devagar”.

Quando questionados, para responder espontaneamente, sem opções de resposta, como se divertem, a maioria dos jovens respondeu que a prática de esportes é a principal alternativa. O esporte mais praticado é o futebol. Novamente percebe-se uma diferenciação de gênero nas respostas, apenas uma entrevistada respondeu “esporte na escola” como forma de diversão, demonstrando que o esporte não é hábito entre as moças do Projeto. Mesmo entre os rapazes, as respostas “de vez em quando” e “às vezes” foram bastante ouvidas. Alguns afirmaram praticar esporte “na quadra da escola”.

A segunda resposta mais corrente foi a participação em festas, tanto nas escolas, quanto nas comunidades, seguida de eventos nas escolas, ida a barzinhos, pescaria e banho no rio São Francisco, participação em igreja e assistir à televisão.

Quando foram disponibilizadas respostas para que os entrevistados escolhessem, assistir a televisão foi a mais votada, seguida de esporte (nenhuma mulher respondeu essa alternativa), visita a amigos, assistir a filmes e, por último, pescaria.

Ao serem questionados especificamente se praticam esportes, 24 jovens afirmaram que sim, sendo quatro mulheres. Sete entrevistados responderam que não praticam esportes, desses, todos são do sexo feminino.

Os esportes mais praticados são futebol (24 respostas), vôlei (3 respostas) e ciclismo (2 respostas). Apesar de 77% dos jovens afirmarem praticar esporte, demonstrando hábitos saudáveis da juventude do Projeto Jaíba, tal questão merece aprofundamento em dois aspectos: a regularidade da prática esportiva entre os jovens e o desinteresse por parte das moças em praticar esporte.

Ao serem questionados, para responderem espontaneamente, qual o principal problema que o jovem enfrenta no projeto, duas temáticas apareceram com frequências semelhantes: emprego e educação.

Com relação à primeira temática, treze entrevistados responderam que o principal problema do jovem do Projeto Jaíba é a falta de emprego, não havendo diferença significativa entre os sexos. Nesse ponto, devem-se diferenciar três situações: o fato de serem menores de idade, em função das restrições legais à contratação, conforme afirma um jovem de 14 anos de idade: “por eu ser muito novo, não tem emprego para mim”; a falta efetiva de oportunidades de trabalho de maneira geral, o que é agravado pela inexperiência do jovem; e a questão da formação escolar/profissional como fator limitante ao acesso às vagas de emprego. Um dos jovens afirmou que “é difícil trabalhar com pouco estudo”, e outro vai mais longe: “é difícil ter que trabalhar e estudar é muito cansativo”.

As afirmações dos jovens deixam claro que o maior objetivo deles é a obtenção de uma ocupação fixa com registro, ou emprego propriamente dito, em detrimento da obtenção de renda a partir da exploração agrícola. Considerando que os entrevistados são provenientes da agricultura familiar, que seus pais são detentores de lotes agrícolas e que grande parte deles respondeu trabalhar no lote da família, a afirmativa da falta de emprego parece demonstrar que a renda proveniente da agricultura familiar irrigada não vem sendo suficiente para proporcionar ao jovem certa estabilidade e garantia de renda.

A geração de renda a partir do lote agrícola insuficiente para o custeio das despesas familiares também foi detectada por Santos (2003) em que 23% dos produtores trabalha em outro local além do lote.

Dos irrigantes que declararam possuir renda igual ou menor que um salário mínimo, nenhum exerce atividades fora de seu lote, ao passo que parte significativa dos declarantes de maior renda trabalha em outras atividades. Este fato demonstra que o trabalho fora do lote é uma imposição e não uma opção. (SANTOS, 2003 p. 60)

Uma das possíveis causas da baixa rentabilidade das atividades agrícolas do Projeto foi identificada por Rodrigues (1998) ao analisar a taxa média de crescimento (ou decréscimo) anual para a quantidade produzida, preço pago ao produtor, custo de produção e produtividade das principais culturas exploradas no Jaíba concluiu que:

[...] para a maioria das culturas, existe uma tendência bem-definida (sic) de queda dos preços ao longo do tempo. Contrariamente, para o custo, a tendência, na maioria dos casos, foi de aumento ao longo do tempo. Esse aumento do custo nem sempre foi associado a um ganho de produtividade. Assim, no período analisado três produtos apresentaram produtividade decrescente: algodão, banana e amendoim.

Dessa forma a rentabilidade de algumas culturas tende a ser negativa ao longo do tempo.

Ainda com relação à temática da ocupação econômica, é necessário ressaltar que, apesar de não ter sido mencionada por muitos jovens, a problemática agrícola foi abordada, a exemplo da afirmativa de um jovem: “*falta* recursos para investir em agricultura”. Outro entrevistado aborda a questão da rentabilidade: “as lavouras dão pouco lucro”.

A preocupação dos jovens com a questão da obtenção de renda, principalmente através de empregos fixos, e o pequeno número de respostas abordando a problemática da agricultura não parecem demonstrar o desinteresse do jovem pela atividade agrícola. Demonstram, na verdade, maturidade e compreensão da realidade por que passa a juventude rural e os agricultores familiares. As citações apresentadas evidenciam as dificuldades em conciliar trabalho e estudo, e em conduzir safras agrícolas com riscos de uma estreita margem de lucro e com poucos recursos, ou seja, é exigido muito esforço físico e administrativo para um trabalho com tão poucas garantias.

A educação formal tem sido cada vez mais valorizada no meio rural, o que pode ser observado nas respostas dos entrevistados, ao considerarem a dificuldade de acesso à educação como um dos principais problemas enfrentados. Tal valorização também foi observada por Abramovay (1998) com jovens do município de Saudades no oeste catarinense em que “(...) a maioria dos jovens considera que a atividade agrícola é incompatível com um baixo nível de escolaridade).

A “dificuldade para estudar” pode ser dividida em três fatores causais diversos, a saber: a dificuldade em conciliar estudo e trabalho, problemas de acesso à escola, em função de restrições na infra-estrutura de transporte escolar, e a impossibilidade da continuidade dos estudos em função da ausência de curso superior no Projeto.

Para os jovens do Projeto, estudo e trabalho estão intimamente interligados, pois, durante o dia, trabalham no lote da família ou prestando serviços em outros lotes e, no outro turno, estudam. Essa dupla jornada é tida como cansativa pelos entrevistados, pois precisam dividir seu tempo entre as duas atividades, principalmente nos períodos de safra.

Com referência ao transporte escolar, esse se apresenta como problema para alguns jovens, em função do veículo passar relativamente distante da residência, exigindo o deslocamento dos estudantes. Apesar disso, esses problemas localizados levam a entender que a política pública voltada para o transporte dos alunos à escola influencia diretamente no grau de escolaridade atual, quando comparado com a geração dos pais.

A importância do transporte ainda é mais proeminente no Jaíba, em função da grande dimensão do Projeto e a forma como foram realizados os assentamentos das Glebas “A” e “B”. Em tais áreas, os produtores não receberam

lotes em núcleos habitacionais e, portanto, residem no lote agrícola, caracterizando uma dispersão entre os habitantes, ocasionando longas distâncias entre as residências dos estudantes e a escola.

Entre os três fatores causais da “dificuldade de estudar”, a impossibilidade da continuidade dos estudos em função da ausência de curso superior no Projeto foi o mais citado, demonstrando a preocupação do jovem com uma melhor preparação para o mercado de trabalho e a consciência da dificuldade de se deslocar para outra localidade para cursar o ensino superior.

Ainda com referência à escola, muitos jovens avaliam que a infra-estrutura dos estabelecimentos de ensino no Projeto não é satisfatória e precisa de melhorias, principalmente nos laboratórios. Eles reivindicam também maior acesso à informática e à Internet.

Além das deficiências estruturais, deve-se mencionar o conteúdo que é trabalhado com os alunos nas escolas, o que também foi citado pelos jovens. De maneira geral, os conteúdos não são adequados à realidade rural. São relacionados a temas essencialmente urbanos, não levando em conta a importância de serem agricultores e apresentando poucas disciplinas específicas.

No que tange à capacitação, o resultado das entrevistas assemelhou-se ao observado por Abramovay (1998) com jovens do município de Saudades no oeste catarinense. Nas duas localidades, a participação dos jovens nos cursos de capacitação profissional é pequena. Dos jovens entrevistados, 55% não participaram de nenhuma capacitação/treinamento ao longo da vida, apesar de entenderem ser de grande importância serem preparados.

As respostas a esses questionamentos deixam em evidência duas questões: a importância relativamente pequena dada às capacitações, como fator indispensável à condução das suas atividades no lote agrícola, e o interesse dos jovens por capacitações que possam gerar renda em atividades não agrícolas, talvez em função dos recursos provenientes do trabalho do lote não se apresentarem suficientes, conforme já mencionado.

Conforme demonstradas em trabalhos científicos, as atividades não agrícolas apresentam-se atualmente como uma importante fonte de renda nas zonas rurais do Brasil.

Trabalho e perspectivas de futuro

Tendo em vista que são provenientes da agricultura familiar, na qual a contribuição dos membros da família nas atividades agrícolas é dominante, os jovens entrevistados, em sua maioria, afirmaram trabalhar. Apenas 19% responderam não estar trabalhando atualmente. Esse percentual aumenta para 36% quando se analisa os dados relativos às mulheres.

Estes resultados são semelhantes ao que Santos (2003) observou em sua análise do trabalho realizado por jovens maiores de 14 anos em que 59 % destes estavam trabalhando e 27 % desempregados.

Como foi mostrado, os jovens do Jaíba demonstram grande preocupação em relação às questões inerentes às ocupações remuneradas (emprego) e, conseqüentemente, com a geração de renda para seu próprio sustento. Isso reflete o significado do trabalho para o jovem como condição básica de sobrevivência da unidade familiar.

São duas as principais fontes de trabalho e de renda para os jovens: o trabalho no lote familiar e o trabalho como diarista em outros lotes familiares ou empresariais. Cinquenta e cinco por cento dos jovens responderam que a principal fonte de renda consiste em ajudar a família nas atividades do lote agrícola, 32 % apresentam como fonte principal a prestação de serviços de diarista em outros lotes, e 13 % trabalham como empregados domésticos, funcionário público, entre outros serviços.

É interessante notar que os trabalhos na atividade agrícola não são excludentes, ou seja, a maioria dos jovens trabalha tanto no lote da família, quanto em lotes de terceiros. Quando a exploração agrícola do lote da família encontra-se pequena ou nos períodos em que se minimizam os tratamentos culturais dos plantios familiares, o jovem, para complementar sua renda, presta serviços em outros lotes familiares ou das áreas empresariais.

Esse trabalho como diarista, não obstante ser relevante na complementação da renda familiar é preocupante, uma vez que não apresenta qualquer garantia legal, visto que os trabalhadores não são registrados, demonstrando a precariedade das relações de trabalho. Apenas dois jovens que prestam serviço em atividades agrícolas afirmaram estar com “carteira assinada”.

Com relação ao trabalho como diarista, não especificamente de jovens, Santos (2003) chama a atenção para outra problemática, as condições de segurança do trabalho: “encontramos, muitos deles, descalços trabalhando na lavoura e, até mesmo, aplicando produtos químicos sem qualquer equipamento de segurança.” (SANTOS, 2003 p. 65)

Mais uma vez, vislumbra-se certa diferenciação de gênero, dos seis jovens que afirmaram não estar trabalhando, quatro são do sexo feminino, ou seja, o desemprego entre as jovens é mais pronunciado que entre os rapazes.

Quanto às perspectivas de futuro dos jovens do Projeto Jaíba, percebe-se pouco interesse na atividade agrícola. Trinta e dois por cento afirmaram almejar trabalhar no futuro com a agricultura, sendo que apenas 6% gostariam de continuar explorando o lote do pai, 10% sonham ter um lote próprio e o restante (16%) não especificou onde desejam atuar na agricultura.

No caso específico das jovens, o futuro como agricultora é almejado apenas por uma delas, o que confirma o desinteresse pelas demais atividades agrícolas e a problemática de gênero, exposta no item 4.1, que promove uma masculinização do meio rural. Os trabalhos de Abramovay (1998) no oeste de Santa Catarina, e de Carneiro (1998) nos municípios de Nova Friburgo-RJ e Nova Pádua-RS também demonstraram o desinteresse das jovens pela atividade agrícola.

Efetivamente, a grande aspiração de futuro dos jovens está na continuidade dos estudos a partir da entrada em uma universidade, 45% dos entrevistados optaram por essa expectativa.

A análise das causas para esse desinteresse precisa ser mais aprofundada. Quando questionados, o principal argumento está no aspecto econômico: “não vejo futuro no Projeto, as coisas são muito difíceis, pra plantar não tem lucro”, “o pessoal quer sair para estudar para arrumar emprego”. A questão das características do trabalho também foi levantada “o trabalho é pesado e não é valorizado”.

As respostas demonstram que a situação atual da agricultura familiar no Perímetro, caracterizada por altos custos de produção e baixos lucros, não incentiva o jovem a continuar na atividade de forma espontânea. Demonstra, ainda, a grande valorização que os jovens e as famílias dão à educação, vislumbrando nela o único caminho para “arrumar um bom emprego”.

Quando questionados sobre o futuro que esperam ter, ou seja, no que realmente acreditam que trabalharão no futuro, a situação muda. Cinquenta e oito por cento acreditam que permanecerão na agricultura, sendo que 23%, no lote da família. Outras opções foram, por ordem de citação: trabalhar em educação, trabalhar como funcionário público e no comércio.

Esse questionamento visa identificar se a agricultura para os jovens é uma escolha preferencial entre as várias opções de futuro ou se resultam, na verdade, da impossibilidade de realização de um projeto pessoal.

As respostas à pergunta “Onde você pretende residir no futuro?” parecem apresentar certa contradição, quando comparadas com as perspectivas de futuro profissional. Oitenta e um por cento dos jovens afirmaram pretender residir no lote ou em núcleos habitacionais do Projeto, enquanto apenas 19% vislumbram residir na cidade, não apresentando diferenças entre os sexos.

Os motivos dizem respeito a questões de segurança, pois acreditam que “aqui é tranquilo”, e de afetividade, em função de poderem continuar próximos das famílias e amigos. Os jovens, portanto, gostariam de, numa situação ideal, saírem do Projeto para concluir seus estudos e retornar numa condição

de capacitação que possibilitasse a obtenção de um emprego com boa remuneração. Os jovens querem estar no projeto, porém em outras condições socioeconômicas. Isso implica em pensar o projeto como lugar de viver, que envolve as várias dimensões da vida, e não somente como um lote agrícola. Do ponto de vista econômico, significa pensar que o rural não se reduz ao agrícola.

Os resultados assemelham-se aos obtidos por Carneiro (1998), no trabalho que identificou o interesse na permanência na zona rural, porém não atuando na atividade agrícola.

As respostas quanto às perspectivas de futuro dos jovens demonstram a importância de se implementar políticas públicas específicas para os jovens, a fim de tentar diminuir a migração, principalmente das mulheres, para outras regiões. A saída dos jovens apresenta-se como preocupante no que tange ao futuro do Projeto, pois eles detêm conhecimentos e experiências acumulados em agricultura irrigada, que poderiam ser aproveitados na melhoria da produtividade e da rentabilidade das explorações agrícolas e, ainda, na valorização do meio rural.

Seria, portanto, “perder a oportunidade de utilizar socialmente vocações e capacidades profissionais e, sobretudo, encarar como fatalidade inelutável a desertificação social, econômica e cultural que ameaça tantas regiões brasileiras hoje.” ABRAMOVAY (1998)

Considerações Finais

Procurou-se neste trabalho analisar as perspectivas de futuro dos jovens residentes no Projeto Jaíba. A pesquisa no Projeto Jaíba mostrou como o jovem percebe o processo de desenvolvimento a partir do seio familiar, as novas relações, os problemas estruturais, conflitos, padrões culturais e sociais que acabam definindo quem são esses jovens rurais de hoje, como trabalham, estudam e convivem na família e na sociedade.

Depreende-se da pesquisa realizada que o futuro dos jovens do Projeto Jaíba é preocupante, uma vez que estes prováveis mantenedores dos laços familiares, herdeiros da atividade agrícola nas pequenas propriedades, apresentam baixíssimas expectativas quanto a essa atividade e migra para o meio urbano ou passa a se dedicar a outras atividades econômicas da região.

É inegável, portanto, a necessidade de se amparar a juventude rural, através de políticas que possam dotá-la de educação rural de qualidade, capacitação, assistência técnica e financiamentos. Problemas como transporte escolar, infra-estrutura das escolas, educação de adultos e alternativas de lazer evidenciam a precariedade das condições de vida no projeto.

O investimento em projetos de capacitação e formação da juventude pode aumentar as oportunidades de trabalho no Projeto Jaíba, minimizando as condições socioeconômicas nas quais esta se encontra.

Todavia, para além de um espaço produção agrícola os jovens do Projeto Jaíba o reivindicam como um lugar de viver, que incorpore a dinâmica educacional, de saúde, lazer, informação...

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; et all. **Juventude e Agricultura Familiar: Desafios dos Novos Padrões Sucessórios**. Santa Catarina: UNESCO, 1998.

ABRAMOVAY, R. e CAMARANO, A.A. **Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 Anos**. Texto Para Discussão nº. 621. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

BARBOSA, R. S. **Perfil Agropecuário do Norte de Minas: uma análise a partir da base de dados produzida pela pesquisa “O Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil redescoberto”**. Montes Claros-MG, 2002.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRAMBILLA, H. *In*: Revista Catolicismo. Edição: Set. 2006. Disponível em <<http://www.catolicismo.com.br>> Acesso em: 06 set. 2006.

CARNEIRO, M.J. **O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário dos jovens rurais**. *In*: TEIXEIRA DA SILVA, F.C. SANTOS, R.; COSTA, L.F. de C., (org.) **Mundo rural e Política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p.95-117.

CASTRO, E.G. **Sonhos, desejos e a “realidade”: herança, educação e trabalho de “jovens rurais” da Baixada Fluminense/RJ**. Apresentação no I Simpósio Internacional de Juventude brasileira - JUBRA, Rio de Janeiro: UFRJ, out./2004.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA; EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Relatório Anual de Produção 2005**. Montes Claros, 2005. 50 p

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Relatório de Acompanhamento da Produção**. Jaíba, 2006. 20 p

DINIZ, C.C. **Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização**, *Nova Economia*, v.3, n.1. Belo Horizonte: UFMG/FCE/DCE, 1993.

FUNDAÇÃO MINEIRA DE COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Relatório Etapa II Projeto Jaíba**, 2006. 25 p

FURTADO, C. **Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional**. José Sydrião de Alencar Júnior (organizador); Ricardo Bielschowsky...[et al.]. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

_____. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro, 1974.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

GUANZIROLI, C.H. *et al.* **Agricultura Familiar no Brasil: Uma Análise do Censo Agropecuário de 95/96**: Brasília, Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1998. 211p.

OLIVEIRA, M.F.M. de. **O Processo de Desenvolvimento de Montes Claros (MG), sob a Orientação da SUDENE**. 1996, 199 f. Dissertação. (Mestrado em História Econômica) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, M.F.M. de e RODRIGUES, L. (org.). **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000, 428 p.

OLIVEIRA, P. de S. **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: Editora Hucitec. 2001.

RODRIGUES, L. **Potencial da Agricultura Irrigada como Indutora do Desenvolvimento Regional: o caso do Projeto Jaíba no Norte de Minas Gerais**. In: Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2001, v. 32, n. 2, p. 206 a 232.

SANTOS, G.R. dos. **Da Produção de Subsistência à Agricultura Moderna – Socialização e Preparação para o Trabalho no Projeto Jaíba**. 2003, 202 f. Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SPANNEVELLO, R.M. **Jovens Rurais do Município de Nova Palma – RS: Situação Atual e Perspectivas**. 2003.147 f. Dissertação (Pós-graduação em extensão rural) universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul. 2003.

SOARES, C.C. **O Caráter Social e as Perspectivas de Adaptação da Pequena Produção Inserida em Projetos de Concepção Técnica: o Caso do Projeto Jaíba**. Lavras: UFLA, 1999, 114p.

STROPASOLAS, V.L. **Juventude Rural: Uma Categoria Social em Construção**. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, 2004.

WEISHEIMER, N. **Juventudes Rurais: Mapa de Estudos Recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. 76 p.

